



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Avisos e anúncios oficiais
Anúncios judiciais e outros.
Contas e balancetes.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAS

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

Nos termos das disposições conjugadas do Decreto-Lei n.º 10/93, de 8 de Março e da Portaria n.º 22/2010, de 12 de Julho, se faz público que, por despacho desta data, de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Pública encontra-se aberto, pelo prazo de 48 dias, a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, concurso interno de acesso para preenchimento de vaga nas categorias referentes à carreira técnica e administrativa do quadro de pessoal dos serviços que integram a Secretaria de Estado da Administração Pública.

Prazo e validade do concurso

O concurso é válido por dois anos, a contar da data da publicação da lista definitiva dos candidatos aprovados.

Conteúdos Funcionais

Os conteúdos funcionais dos cargos a prover constam da Portaria n.º 22/2010, de 12 de Julho.

Formalização das candidaturas

De acordo com o disposto nos termos da Portaria n.º 22/2010, de 12 de Julho, as candidaturas devem ser formalizadas em requerimento entregue na Direcção-Geral da Administração Pública no prazo de 15 dias contados da data da publicação de aviso de abertura, pessoalmente, por procurador, fax ou enviado pelo correio registado e com aviso de recepção, do qual constem:

- Identificação completa do requerente;
- Serviço em que o requerente se encontra colocado;
- Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *Boletim Oficial*, onde se encontra publicado o aviso de abertura;
- Outros elementos referidos no aviso de abertura ou que o requerente considere conveniente mencionar;
- Menção do número de documentos que acompanham o seu requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- “Curriculum” documentado, nos termos da referida Portaria, bem como quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

Métodos de selecção

Para Categoria Técnica

Avaliação curricular;

Provas de conhecimento, escrita e oral;

Elementos curriculares;

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato com base na análise do respectivo currículo profissional.

1. Na avaliação curricular são ponderadas:
 - a) Habilitação académica de base;
 - b) Formação profissional complementar;
 - c) Experiência profissional, em especial as relacionadas com o objecto do concurso.
2. Nos currículos devem conter os seguintes elementos:
 - a) Resenha da actividade profissional, com indicação da sua natureza e características, dos sectores, departamentos ou instituições onde a mesma se desenvolveu, bem como do correspondente tempo de serviço;
 - b) Participação em seminários, estágios, comissões ou grupos de trabalho relacionados com a natureza do lugar a preencher;
 - c) Havendo estudos ou publicações em autoria exclusiva ou co-autoria os candidatos deverão fazer indicação expressa desse facto.
3. Caberá ao candidato a elaboração de todos os elementos que constituem o currículo individual.

Provas de conhecimento

1. As provas de conhecimento escrita e oral incluirão, matérias relacionadas com o programa constante do presente aviso.
2. O júri controla presencialmente o acto de prestação de provas.

As provas de conhecimento serão efectuadas através da apresentação de um trabalho com o máximo de 20 páginas e posteriormente será realizada a defesa oral. A defesa terá a duração máxima de 20 minutos e os membros do júri poderão durante 15 minutos solicitar quaisquer esclarecimentos aos candidatos.

Programa de provas

1. As provas de conhecimento versarão sobre as seguintes matérias:
 - a) Reforma Administrativa na Função Pública Cabo-Verdiana;
 - b) Quadro legal e constitucional da Administração Pública;
 - c) Planos de Cargos Careiras da Função pública;
 - d) Faltas, Férias e Licenças;
 - e) Processo Disciplinar;
 - f) Sistema de Protecção Social aplicável em Cabo Verde.

Sistemas de ponderação e classificação

Nos termos do disposto na Portaria nº 22/2010, de 12 de Julho, a classificação final dos candidatos será obtida da seguinte forma:

- a) Nos concursos de acesso aos cargos de nível igual a referência 15 da estrutura do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS será o resultado obtido na avaliação curricular;
- b) Para os cargos nível de acesso correspondente à referência 14, da estrutura do PCCS, de 30% da classificação obtida nas provas de conhecimento com 70% da classificação da avaliação curricular.

Requisitos de admissão

- a) São opositores ao concurso para técnicos superiores de primeira, os técnicos superiores com, pelo menos, cinco anos de efectivo exercício de funções e avaliação de desempenho mínima de Bom;
- b) São opositores ao concurso para técnicos superiores principais os técnicos superiores de primeira com, pelo menos, cinco anos de efectivo exercício de funções e avaliação de desempenho mínima de Bom.

Número de vagas	DGAP	DGERA
a) Técnicos Superiores Principais.....	1	1
b) Técnicos Superiores de Primeira.....	2	3

Composição do Júri

Para a categoria Técnico Superior Principal (categoria 15)

Presidente – João da Cruz Silva
 Vogais efectivos: Roselma Évora
 Elias Monteiro

Para a categoria de Técnico Superior da Primeira (categoria 14):

Presidente - João da Cruz Silva
 Vogais efectivos: Roselma Évora
 Elias Monteiro

PARA A CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Métodos de selecção

- a) Provas de conhecimento;
- b) Avaliação de Desempenho.

Provas de conhecimento

Será realizada uma prova escrita com a duração de uma hora e meia e apresentação oral tempo máximo de 15 minutos.

Programa de provas

As provas de conhecimento versarão sobre as seguintes matérias:

- a) Legislação aplicada na Administração Pública
- b) Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
- c) Faltas, Férias e Licenças;
- d) Processo Disciplinar;
- e) Regime de Aposentação.

Sistemas de ponderação e classificação

Nos termos do disposto na Portaria nº 22/2010, de 12 de Julho, a classificação final dos candidatos será o resultado da soma de 70% da classificação obtida na prova de conhecimento com 30% da média aritmética das notas obtidas na avaliação de desempenho durante os anos de exercício do cargo imediatamente inferior.

Requisitos de admissão

São opositores ao concurso oficial principal, de entre os oficiais administrativos com, pelo menos, cinco anos de efectivo exercício de funções e avaliação de desempenho mínima de bom.

Número de vagas DGAP

Oficial Principal..... 4 vagas;

Composição do Júri

Integram o júri para o presente concurso:

Presidente - Gerson Soares

Vogais efectivos: Maria Balbina Gonçalves, Janine Maximiano

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 27 de Abril de 2010. – A Directora-Geral, *Carmelita Salomé Santos*.

(561)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Nacional da Polícia Judiciária

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

1. A Direcção Nacional da Polícia Judiciária faz saber que, nos termos dos Decretos -Legislativos n.º 1/2008 e n.º 2/2008, ambos de 18 de Agosto e por despacho de 4/06/2010 de S. Exa. a Ministra da Justiça, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Boletim Oficial*, concurso interno de ingresso para admissão de 20 candidatos ao curso de formação de segurança, com vista ao preenchimento de igual número de lugares de segurança estagiário, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, a que se refere o nº 2 do Decreto-Legislativo nº 2/2008 de 18 de Agosto

2. Prazo de validade – o concurso é válido por 2 anos

3. Conteúdo funcional — definido, nos termos do artigo n.º 48.º do Decreto-Legislativo n.º 1/2008 e do artigo 17.º do Decreto - Legislativo n.º 2/2008, ambos de 18 de Agosto.

4. Requisitos de admissão – os candidatos ao concurso devem preencher os seguintes requisitos:

- a) Ter nacionalidade cabo-verdiana;
- b) Ter vínculo á função pública
- c) Ter idade não inferior a 21 (vinte e um) anos nem superior a 30 (trinta) anos à data da publicação do aviso de abertura do concurso no Boletim Oficial;
- d) Estar no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;
- e) Possuir 12.º ano de escolaridade ou equivalente;
- f) Possuir carta de condução de veículos ligeiros;
- g) Ter boa conduta cívica e moral;
- h) Não ter antecedentes criminais;
- i) Ter robustez física e não padecer de doença infecto-contagiosa;
- j) Ter sido aprovado em concurso de provas práticas, psicotécnicas, entrevista e outras de acordo com o previsto no regulamento de concurso da Policia Judiciária.

5. Documentos de candidatura:

- a) Ficha de candidatura (disponível na Direcção Nacional, Departamentos de São Vicente e Sal ou no site oficial da Policia Judiciária (www.pj.cv);
- b) Certificado autêntico ou fotocópia simples do certificado das habilitações literárias exigidas, conforme o previsto no n.º 5, alínea b), deste aviso de abertura;
- c) Fotocópia simples do bilhete de identidade;
- d) Certificado de registo criminal;
- e) Certidão de efectividade na função pública;
- f) Fotocópia simples da carta de condução de veículos ligeiros.
- g) Quaisquer elementos que o candidato entenda essenciais para apreciação da candidatura.

Para quaisquer outros esclarecimentos favor contactar a Direcção Nacional, os Departamento onde se realizam provas o site oficial da Policia Judiciária (www.pj.cv) ou através dos telefones 2605600; 2412323, 2300260 das 8 às 16 horas.

O Director Nacional da Policia Judiciária, na Praia, aos 16 de Junho de 2010. – O Director Nacional, *José Carlos Lopes Correia*.

(562)

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

1. A Direcção Nacional da Policia Judiciária faz saber que, nos termos dos Decretos -Legislativos n.º 1/2008 e n.º 2/2008, ambos de 18 de Agosto e por despacho de 4/6/2010 de S. Exa. a Ministra da Justiça, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Boletim Oficial*, concurso externo de ingresso para admissão, em regime de contrato de trabalho a termo certo, de 2 técnicos, para desempenhar funções de especialista superior no Laboratório de Policia Cientifica (LPC) da Policia Judiciária.

2. Prazo de validade – o concurso é válido por 2 anos

3. Conteúdo funcional — definido, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2008, de 18 de Agosto, executar, nomeadamente:

4. Requisitos de admissão – podem ser candidatos ao concurso os individuos que reúnam, os seguintes requisitos:

- a) Ter nacionalidade cabo-verdiana;
- b) Estar no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;

c) Possuir licenciatura reconhecida numa das seguintes áreas:

- Biologia;
- Bioquímica;
- Ciências Biológicas;
- Engenharia Genética;
- Farmácia.
- Microbiologia.

d) Ter boa conduta cívica e moral;

e) Não ter antecedentes criminais;

f) Ter robustez física e não padecer de doença infecto-contagiosa;

g) Satisfazer os demais requisitos estabelecidos na lei para nomeação de funcionários do Estado e no regulamento de concurso da Policia Judiciária.

5. As condições de trabalho e as regalias sociais estão estabelecidas no Decreto -Legislativo n.º 2/2008, de 18 de Agosto e as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública

Para quaisquer outros esclarecimentos favor contactar a Direcção Nacional, os Departamento onde se realizam provas o site oficial da Policia Judiciária (www.pj.cv) ou através dos telefones 2605600; 2412323, 2300260 das 8 às 16 horas.

O Director Nacional da Policia Judiciária, na Praia, aos 16 de Junho de 2010. – O Director Nacional, *José Carlos Lopes Correia*.

(563)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Conservatória dos Registos da Região da Praia

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade anónima, nos termos seguintes:

FIRMA: “BANCO ESPIRITO SANTO CABO VERDE, SA”.

SEDE: 1.Avenida Cidade de Lisboa, Cidade da Praia, Cabo Verde.

2. Por simples deliberação do Conselho de Administração e nos termos legalmente admitidos, poderá a sociedade deslocar a sua sede social dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou encerrar, em território nacional ou no estrangeiro, sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: O exercício da actividade bancária, bem como todas as demais que lhe venham a ser legalmente autorizadas.

CAPITAL: 1.433.000.000\$00, realizado em dinheiro, representado por 1.433.000 acções, com o valor nominal de 1000\$00 (mil escudos) cada uma.

Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Secretário: Nelson Fernando Raposo Fernandes Bernardo

Fiscal Único:

Efectivo: KPMG & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, representada pela Dra. Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes, revisora oficial de contas.

Suplente: Dr. João Albino Cordeiro Augusto, revisor Oficial de Contas.

Conselho de Administração:

Presidente: Pedro Roberto Meneres Cudell

Vogais:

António Manuel Cerveira Duarte

João Carlos Pereira Dias Batista

Suplente: José Francisco de Oliveira e Silva Mendes Palma

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura:

- a) Do presidente do conselho de administração juntamente com o presidente da comissão executiva, caso esta exista;
- b) De dois administradores que integrem a comissão executiva, caso esta exista;
- c) De um membro da comissão executiva, caso esta exista, agindo conjuntamente com um mandatário, dentro dos limites fixados no respectivo instrumento de mandato;
- d) De um administrador, em matérias que lhe tenham sido delegadas pelo conselho de administração, sempre no âmbito e com os limites constantes dessa delegação de poderes;
- e) De mandatários da sociedade, nos limites das procurações outorgadas.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 7 de Julho de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(564)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de forma de obrigar da sociedade por quotas denominada “CPR – Carros, Peças e Representações, Lda.”, com sede na Zona Industrial de Tira Chapéu, cidade da Praia, com o capital de 5.000.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o nº2304/2007/04/02.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 28 de Junho de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(565)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que foi constituída uma Associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO VETERANOS VARANDA FUTEBOL CLUB-ASA”, com sede em Achada de Santo António, cidade da Praia de duração indeterminada, com o património inicial de cinquenta mil escudos, cujo o objectivo é promover e organizar jogos, treinos de futebol, convívios, caravanas desportivas e participar em campeonatos e intercâmbios desportivos:

DIRECÇÃO:

Presidente: Luís Carlos Ramos dos Santos

Vice-Presidente: Carlos Alberto de Araújo Lima

Secretário: Ilderico Correia e Silva.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 3 de Junho de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(566)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de renúncia do cargo do presidente do conselho de administração o senhor Dr. João Henrique Real Pereira e cooptação para membro do conselho de administração e para o exercício das funções de presidente do mesmo conselho o senhor Dr. António Joaquim de Sousa da sociedade anónima denominada “BANCO COMERCIAL DO ATLANTICO, SA”, com sede nesta cidade da Praia, com o capital social de 1.324.765.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o nº 294/1993/09/06.

Acta datada de 11 de Janeiro de 2010.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 23 de Junho de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(567)

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de nomeação de novos órgãos sociais da sociedade anónima denominada “BANCO COMERCIAL DO ATLANTICO, SA”, com sede nesta cidade da Praia, com o capital social de 1.324.765.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o nº294/1993/09/06.

Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: Amaro Alexandre da Luz

Vice-Presidente: David Hopffer Cordeiro Almada

Secretário: Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração:

Presidente: João Henrique Real Pereira

Vogais:

Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Paulo António Arsénio Lopes

João Manuel Tubal Gonçalves

Avelino Bonifácio Fernandes Lopes

Fiscal Único

Efectivo: Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Ferreira

Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

DURAÇÃO: Triénio 2009/2011

Acta datada de 30 de Março de 2009.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 23 de Junho de 2010. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(568)

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1627 — GRAFICOR – Pré - Encadernação e Encadernação, Limitada”;
- c) Que foi requerida pelo nº 06 do diário do dia 17 de Junho do corrente, por, José Calazans G. Monteiro;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 656/2010:

Artº 22º 11, 2)	200\$00
SOMA	200\$00
Artº 13º Imp de selo	200\$00
SOMA TOTAL	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTAS

Outorgantes:

PRIMEIRO: José Calazans Gomes Monteiro, solteiro, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Porto Novo, Santo Antão, residente em Campim, portador do Bilhete de Identidade nº 449, emitido em 21/11/2000 pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, NIF 100044913;

SEGUNDO: Carlos Alberto da Luz, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Chã de Alecrim, portador do Bilhete de Identidade nº 2618, emitido em 23/05/2001 pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, NIF 100261850.

Pelos outorgantes foi dito:

Que pela presente é celebrado entre eles um contrato particular de sociedade comercial por quotas nos termos seguintes:

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação de **GRAFICOR – PRE-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO, LDA**, NIF 261619152.

Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede na Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, Chã de Críquete, podendo criar estabelecimentos, delegações, agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto pré-impressão, impressão em offset e encadernação.

Artigo 4º

O capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, constituído por 2 (duas) quotas no valor de 100.000\$00 (cem mil escudos) cada, pertencentes aos sócios José Calazans Gomes Monteiro, solteiro, NIF 100044913 e Carlos Alberto da Luz, solteiro, NIF 100261850.

Artigo 5º

A sociedade poderá proceder ao aumento do seu capital social, uma ou mais vezes ou por subscrição de novas quotas pelos sócios.

Artigo 6º

A cessão de quota é livre entre os sócios. Porém, a alienação a favor de terceiros depende do prévio consentimento da sociedade a quem se reserve o direito de preferência.

Artigo 7º

Os sócios poderão fazer os suprimentos que a sociedade carecer, nas condições que acordarem em assembleia-geral.

Artigo 8º

1. A gerência e administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabe a um gerente.

2. Fica desde logo nomeado gerente o sócio José Calazans Gomes Monteiro.

3. A sociedade obriga-se pelas assinaturas conjuntas do gerente e mais um dos sócios.

Artigo 9º

É expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em fianças, abonações de letras de favor e demais actos ou contratos estranhos à sociedade.

Artigo 10º

A Assembleia-geral é convocada por carta registada ou por fax, remetidos aos sócios, com a antecedência mínima de 30 dias, endereçada aos domicílios que constem dos registos da sociedade.

Artigo 11º

A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei ou por acordo dos sócios, procedendo-se à partilha conforme acordado e for direito.

Artigo 12º

O ano económico coincide com o ano civil.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 7 de Julho de 2010. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(569)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matriculas e inscrições em vigor nº 1626 – DEVOTAL – IMOBILIÁRIA, LIMITADA”;
- e) Que foi requerida pelo n.º 07 do diário do dia 12 de Maio do corrente, por, Alcides L. da Graça;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 637/2010:

Artº 22º 11, 2)	200\$00
SOMA	200\$00
Artº 13º Imp de selo	200\$00
SOMA TOTAL	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTAS

Outorgantes:

PRIMEIRO: Jan Louis Joseph Marie Talboom, maior, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Rita Andries, natural da Bélgica, onde reside, portador do passaporte nº EG73935, NIF 161137725;

SEGUNDO: Alcides Lopes da Graça, divorciado, natural de São Vicente, residente em Alto Morabeza portador do Bilhete de Identidade nº 168067, emitido em São Vicente em 03 de Junho de 2005, NIF 116806796, que outorga em representação de Jan Filip Talboom, solteiro, natural da Bélgica onde reside, portador do Passaporte nº EH153306, NIF 161137644.

E por eles foi dito que pela presente é celebrado o contrato de constituição de sociedade por quotas que se regerá pelos seguintes termos:

Artigo primeiro

A sociedade adopta o nome de “DEVOTAL – IMOBILIÁRIA, LDA”, com o NIF 261372165.

Artigo segundo

A sociedade tem a sua sede na Freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, podendo abrir delegações ou quaisquer outras formas de representação noutros pontos do país ou do estrangeiro.

Artigo terceiro

A sociedade tem por objecto a promoção imobiliária turística, construção e venda de imóveis.

Artigo Quarto

O capital social é de 2.500.000\$00 (dois milhões e quinhentos mil escudos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro representado pelas seguintes quotas dos sócios:

- 1- Uma quota no valor nominal de 2.250.000\$00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil escudos), correspondente a 90% do capital social pertencente a Jan Louis Joseph Marie Talboom, maior, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Rita Andries, natural da Bélgica, onde reside, portador do passaporte nº EG73935, NIF 161137725;
- 2- Uma quota no valor nominal de 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos), correspondente a 10% do capital social, pertencente ao sócio Jan Filip Talbom, solteiro, natural da Bélgica onde reside, portador do Passaporte nº EH153306, NIF 161137644.

Artigo Quinto

A cessão de quotas entre os sócios é livre, bastando apenas uma comunicação por escrito a sociedade, porém a cessão de quotas a terceiros só poderá efectuar-se com o consentimento da sociedade que reserva, desde já, o direito de preferência.

Artigo sexto

1. A gerência e administração da Sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelos dois sócios, podendo delegar, mediante procuração bastante, parte dos seus poderes ao outro sócio ou a um terceiro.

2. A gerência poderá constituir procurador, que obrigarão a Sociedade nas condições e limites dos respectivos mandatos, nos termos do disposto no artigo trezentos e vinte e três do Código das Empresas Comerciais.

Artigo sétimo

A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei ou por vontade unânime dos sócios, reunidos em assembleia-geral, para o efeito e procedendo-se à partilha conforme for acordado e for de direito.

Artigo oitavo

O ano económico coincide com o ano civil

Artigo nono

Para casos omissos reporta-se às leis em vigor no país.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 30 de Junho de 2010. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(570)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matriculas em vigor nº 67 - Associação dos Operacionais do Aeroporto de São Pedro –AOASP;
- c) Que foi requerida pelo n.º 1 do diário do dia 21 de Dezembro do corrente, por, Nilza Helena B. da Graça;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 638/2010:

Artº 22º 11, 2)	200\$00
SOMA	200\$00
Artº 13º Imp de selo	200\$00
SOMA TOTAL	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

Certifico para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 9º da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no dia 28/06/2010 perante o Conservador, Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva, foi lavrado sob o nº 67 a constituição da Associação sem fins lucrativos denominada, “ASSOCIAÇÃO DOS OPERACIONAIS DO AEROPORTO DE SÃO PEDRO – AOASP” com sede em Mindelo Concelho de São Vicente com duração indeterminada, com o património inicial de 20.000\$00 (vinte mil escudos), representada perante terceiros pelo Presidente do Conselho de Direcção, cujo objectivo principal é:

Promover a união dos operacionais do Aeroporto de São Pedro de modo a assegurar maiores e melhores condições de trabalho. Lutar em defesa dos interesses imediatos e futuros dos seus associados, tendo em vista a melhoria das suas condições de vida e trabalho, defender os direitos dos seus associados. Reforçar o espírito de solidariedade entre todos os associados. Velar pela aplicação das leis e regulamentação do trabalho em defesa dos interesses e direitos dos associados. Apoiar cada um dos associados nos litígios com a entidade empregadora. Manter contactos e intercâmbios com congéneres no estrito respeito aos objectivos fixados neste artigo, contribuir para a promoção e desenvolvimento do desporto, fomentando a sua pratica regular e massiva e colaborando com o Estado e outras instituições intervenientes no domínio do desporto. Desenvolver o associativismo desportivo e o espírito de cooperação e entre-ajuda. Criar e assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento integral e a pratica desportiva regular dos seus associados. Contribuir pela divulgação de informação e documentação desportiva, para esclarecimento e formação dos seus associados. Promover a solidariedade social.

Foi depositada na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Está conforme original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 30 de Junho de 2010. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(571)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matriculas e inscrições em vigor nº 853 - AVENTURA - Agência de Viagens e Turismo, Limitada;
- c) Que foi requerida pelo n.º 7 do diário do dia 14 de Abril do corrente, por, Lena Ehrlich;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 609/2010:

Artº 22º 11, 2)	200\$00
SOMA	200\$00
Artº 13º Imp de selo	200\$00
SOMA TOTAL	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

Alteração do artigo, 8º do Estatuto da sociedade “AVENTURA – Agência de Viagens e Turismo, Limitada” matriculada sob o nº 853, de modo que passa a constar:

Artigo 8º

(Gerência)

Será exercida por Janine Nicole Hetzel e Lena Carolin Ehrlich, sendo necessária apenas assinatura de uma delas para obrigar a sociedade.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 17 de Junho de 2010. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(572)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 759 - Monte-Gordo-Rent-A-Car, Sociedade Unipessoal Limitada;
- c) Que foi requerida pelo n.º1 do diário do dia 29 de Junho do corrente, por, José Manuel S. Fernandes;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 635/2010:

Artº 22º 11, 2)	200\$00
SOMA	200\$00
Artº 13º Imp de selo	200\$00
SOMA TOTAL	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

Alteração do artigo, 4º, do Estatuto da sociedade “MONTE-GORDO-RENT-A-CAR, LIMITADA” matriculada sob o nº 759, de modo que passa a constar:

Artigo 4º

Cessão a favor de Manuel do Nascimento Duarte Monteiro da quota no valor de 2.950.000\$00, feita por José Duarte Monteiro, unificando a quota com a anterior numa única de 5.000.000\$00 transformando a sociedade em Unipessoal Limitada.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 29 de Junho de 2010. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(573)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo

O CONSERVADOR/NOTÁRIO: PAULO JORGE BARBOSA CORREIA DE PINA

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que no dia quinze de Junho de dois mil e dez, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo, foi registada sob o número 73/100615, uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO AMIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE JARDIM/BATENTE”, com duração por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, com sede em Jardim, freguesia de Nossa Senhora da Conceição do concelho de São Filipe e com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento da agricultura, silvicultura, pecuária e pesca, facilitar as despesas fúnebres, cultura e desporto, devendo para tanto:

- a) Criar um espaço de participação cívico, de diálogo e da convívência na comunidade;
- b) Captura, comercialização e industrialização de pescado e aquisição de equipamentos de pesca;

- c) Contribuir para a iniciativa de auto promoção dos seus membros, apoiando-os na resolução dos problemas específicos;
- d) Defender os interesses legítimos de todos os sócios em especial os que trabalham no sector agro-pecuário e siveicultura, representando-os individualmente ou colectivamente junto das instituições vocacionados para o efeito;
- e) Promover a formação profissional dos sócios, seus familiares e apoio técnico nas suas actividades económicas;
- f) Promover e participar em iniciativa de carácter económico e social sem fins lucrativos para benefícios dos sócios e da comunidade em geral;
- g) Estabelecer e desenvolver relações de cooperação e de intercâmbio com associações congéneres nacionais e ou estrangeiras;
- h) Colaborar como parceira com entidades municipais e outras em tudo que possa contribuir para o desenvolvimento da associação e da sua comunidade;
- i) Garantir a realização de funerais dos associados bem como dos seus familiares (pais, filhos menores e cônjuge) assistência médica e medicamentosa declarada invalidez para o exercício de funções, ficando ao credito da assembleia-geral decidir da oportunidade e modalidade dessas prestações, beneficiando cada membro da família de um só sócio, nomeadamente:

1. O cônjuge com ele vivendo em comunhão de mesa e habitação;
2. O parente que com ele coabite de forma duradouro;
3. Todo aquele que, coabitando ou não de forma duradoura dele sócio, seja dependente.

- j) Realizar obras de carácter comunitário;
- l) Participar em concursos públicos de construção de obras comunitárias.

Tem de património inicial a quantia de onze mil e quinhentos escudos (11500\$00) e será representado pelo Presidente do Conselho Directivo.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo, aos 30 de Junho de 2010. – O Conservador/Notário, *Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina*.

(574)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Ponta do Sol

O CONSERVADOR: ANTÓNIO ALEIXO MARTINS

EXTRACTO

Certifico, para os efeitos de publicação, que a presente fotocópia composta por duas folhas, está conforme o original, extraída do documento Particular, que fica arquivado nesta Conservatória e Cartório Notarial de Região de Ribeira Grande e Paul, a meu cargo, em que foi constituída uma sociedade com a seguinte denominação: “META – CONSTRUÇÕES, LDA”, Sociedade tem como objectivo prestação de serviços aplicadas aos diversos ramos nomeadamente: Execução de obras públicas e particulares; levantamento topográfico; Importação e comercialização de materiais, máquinas e equipamentos de construção civil; com sede social em Ponta do Sol Freguesia de Nossa Senhora do Livramento.

Elaborado nos termos do nº 1 do artigo 110º do Código das Empresas Comerciais, através do Decreto-Legislativo número três barra noventa e nove, de vinte e nove de Março, celebrado aos doze dias do mês de Agosto de 2009

Reg. sob o n.º 941/2010.

CONTA:

Deste:1.200\$00.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE “META – CONSTRUÇÕES, LDA”.

Artigo 1º

(Denominação)

A sociedade girará sob a denominação de “META – Construções, Lda.”.

Artigo 2º

(Sede)

A sede da empresa é na localidade de Ponta do Sol, Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, podendo a gerência criar agências ou delegações onde julgue conveniente.

Artigo 3º

(Objecto)

Constitui objecto da sociedade, prestação de serviços aplicada aos diversos ramos nomeadamente:

1. Execução de obras públicas e particulares;
2. Levantamento topográfico;
3. Importação e comercialização de materiais, maquinas e equipamentos de construção civil.

Artigo 4º

(Capital social)

O capital social é de 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos) integralmente subscrito, realizado em ferramentas e utensílios para construções civil, e correspondente a quota única pertencente ao Sr. Manuel Ressurreição Rodrigues.

Artigo 5º

(Gerência)

1. A gerência e a administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente é confiada ao sócio único, com dispensa de caução, podendo nomear procuradores, nos termos do artigo 323º do Código de Empresas Comerciais.

2. A sociedade não poderá ser obrigada a fianças, abonações, letras de favor, e ou, contrato e demais actos, documentos estranhos aos seus fins sociais.

3. Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos deverá constar a assinatura do gerente e/ou dos procuradores com poderes para o efeito.

Artigo 7º

(Duração e dissolução)

A sociedade tem a duração por tempo indeterminado, podendo ser dissolvido nos termos da lei.

Artigo 8º

(Assembleia-geral)

O sócio exerce os poderes atribuídos à assembleia-geral das sociedades por quotas, devendo as suas decisões ser transcritas em livro das actas ou assumir a forma escrita e serem devidamente assinadas pelos sócios.

Artigo 9º

(Balanços e aprovação de contas)

Anualmente, e com referência a trinta e um de Dezembro, serão realizados balanços cujas contas deverão estar apuradas até o dia vinte e oito de Fevereiro e aprovadas pela assembleia-geral até trinta e um de Março do ano imediato.

Artigo 10º

(Casos omissos e legislação subsidiária)

Em tudo o que não estiver previsto no presente estatuto será aplicado as disposições legais vigente no Código das Empresas Comerciais e Civil da República de Cabo Verde.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santo Antão, Ponta do Sol, aos 20 de Maio de 2010. – O Conservador/Notário, *António Aleixo Martins*.

(575)

CONTAS E BALANCETES



BANCO COMERCIAL DO ATLANTICO

Relatório e Contas 2009**ÓRGÃOS SOCIAIS**

O Banco Comercial do Atlântico (BCA), nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, elegeu em Assembleia-Geral realizada a 31 de Março de 2009 os seguintes membros para integrarem os Órgãos Sociais:

Assembleia-Geral

Dr. Amaro Alexandre da Luz (*em representação do Estado de Cabo Verde*)

Dr. David Hopffer Almada

Dr. Vítor José Lilaia da Silva

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e quatro Administradores, dois dos quais sem funções executivas:

Presidente *Dr. João Henrique Real Pereira (Em representação da Caixa Geral de Depósitos até 11 Janeiro 2010)*

Presidente *Dr. António Joaquim de Sousa (Em representação da Caixa Geral de Depósitos a partir de 11 Janeiro 2010, nomeado por cooptação)*

Administrador *Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda*

Administrador *Dr. Paulo António Arsénio Lopes*

Administrador *Dr. João Manuel Tubal Gonçalves*

Administrador *Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes*

Conselho Fiscal

Deloitte & Associados, SROC S.A. (Na qualidade de fiscal único)

Fiscal Único Suplente – A indicar pela **Deloitte & Associados, SROC S.A.**

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e composta por três elementos:

Dr. João Henrique Real Pereira – Presidente (até 11 de Janeiro de 2010)

Dr. António Joaquim de Sousa – Presidente (a partir de 11 de Janeiro de 2010)

Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

Dr. Paulo António Arsénio Lopes

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA, ascende a 1.324.765.000 (mil, trezentos e vinte e quatro milhões setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e em 31/12/2009 era detido pelos accionistas constantes do quadro seguinte:

Capital Social a 31/12/2009

Accionista	Valor	Porcentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	697.446.000	52,65%
GARANTIA	165.826.000	12,52%
ESTADO	132.476.000	10,00%
TRABALHADORES	33.763.000	2,55%
OUTROS ACCIONISTAS	295.254.000	22,28%
TOTAL	1.324.765.000	100,00%

Conforme deliberação oportunamente exarada em Assembleia-Geral, em Março do ano transacto, concretizou-se, através de uma operação em Bolsa que constituiu um sucesso, o aumento de 324.765 (trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco) acções ordinárias, com o valor nominal de CVE1.000, passando o Capital Social, desde então, para o seu montante actual.

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

Variável	Unid.	2008	2009	Varição
BALANÇO				
Activo Total	contos	63.999.392	62.947.816	-1,6%
Crédito Total Líquida	contos	32.583.471	36.049.412	10,6%
Passivo	contos	62.582.075	60.038.162	-4,1%
Depósito Total	contos	55.234.842	53.187.263	-3,7%
Situação Líquida	contos	2.417.317	2.909.654	20,4%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	contos	2.414.029	2.265.342	-6,2%
+ Margem Complementar	contos	1.300.991	1.099.129	-15,5%
= Produto Bancário	contos	3.715.019	3.364.471	-9,4%
- Custos Administrativos	contos	1.882.983	1.878.646	-0,2%
= Cash-Flow de Exploração	contos	1.832.036	1.485.824	-18,9%
+ Resultados de Filiais Excluídas Cons. Assoc.	contos	26.281	26.648	1,4%
- Amortizações do Exercício	contos	135.050	156.164	15,6%
- Imparidade Líquidas do Exercício	contos	553.229	664.709	20,2%
- Impostos s/Lucros	contos	271.007	95.816	-64,6%
= Resultados Líquidos do Exercício	contos	899.030	595.783	-33,7%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/ Crédito Clientes	%	8,1%	7,6%	
Crédito Vencido a + 90 dias/ Crédito a Clientes	%	3,8%	4,9%	
Prov. Créd. Vencido/ Crédito Vencido	%	73,4%	87,9%	
Crédito Clientes/ Depósitos	%	55,0%	65,3%	
Result. Líquido/ Capitais Próprios (ROE)	%	37,2%	20,5%	
Resultado Líquido/ Activo (ROA)	%	1,4%	0,9%	
Rácio Solvabilidade	%	10,39%	10,06%	
FUNCIONAMENTO				
C. Operativos/ Prod. Bancário (Cost-to-Income)	%	54,3%	60,5%	
Activo Total / Total Empregado no Activo	contos	147.125	142.416	-3,2%
Crédito e Depósito Total/ Nº Empregados Activo	contos	191.103	190.879	-0,1%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Agências	contos	3.078.878	3.013.162	-2,1%
Número Empregados Activos Totais	un.	435	442	1,6%
Número Empregados Activos do Quadro	un.	375	372	-0,8%
Número de Agências	un.	27	28	3,7%
Número de Balcoes	un.	28	29	3,6%

MENSAGEM DO PRESIDENTE

(DR A. Joaquim de Sousa)

A crise financeira iniciada em meados de 2007 fez-se sentir ao longo de todo o ano de 2009, ainda que já numa fase, pelo menos para algumas economias, de menor depressão e turbulência.

O impacto dos problemas gerados pela conjuntura desfavorável, não está totalmente absorvido pelas famílias e empresas. Contudo, começam a aparecer sinais, de sustentabilidade não confirmada, que permitem perspectivar uma alteração do sentido do ciclo económico.

O BCA, pela sua dimensão e referência no mercado, tem responsabilidade acrescida para encontrar o justo equilíbrio entre aquilo que é a essência do seu objecto social e o seu contributo para o desenvolvimento da economia, o apoio à melhoria do bem-estar das populações, o reforço da competitividade das empresas e a parceria com entidades e organismos públicos.

Neste contexto de dificuldades generalizadas, o desempenho global do BCA pode considerar-se muito positivo, com Resultados Líquidos de 595,7 mil contos, correspondentes a uma quebra de 33,7% face a 2008, mas muito perto dos resultados obtidos em 2007 (649,5 mil contos) e com uma solidez financeira evidenciada pelo integral cumprimento do Rácio de Solvabilidade, já após os ajustamentos relativos ao reforço do nosso Fundo de Pensões e à adopção do novo sistema de normalização contabilística e relato financeiro.

De salientar o crescimento significativo do Crédito Global de 11,5%, desdobrando-se em 11,4% no crédito a Particulares, com especial relevância do apoio à Habitação (17,1%) e em 11,5% no crédito às Empresas.

Nos Recursos, continuamos a assistir a uma quebra da componente Depósitos à Ordem, como consequência da crise e da transferência de fundos, para outras instituições, por parte de algumas entidades oficiais, sendo que relativamente aos Depósitos de Poupança e a Prazo, conseguimos resistir, sem fazer grandes cedências à rentabilidade.

Uma palavra muito especial para a diáspora cabo-verdiana pela fidelização ao banco, suportada numa relação de confiança mútua, com o compromisso que engajaremos os nossos melhores recursos para continuar a prestar serviços e disponibilizar produtos que satisfaçam, em pleno, as expectativas de investimento dos nossos emigrantes.

No nosso entendimento, o ano de 2010 continuará a ser, para a actividade bancária, um ano complicado.

Na gestão das inevitáveis dificuldades, será um desafio encontrar oportunidades que permitam consolidar e reforçar os princípios e valores intrínsecos à nossa marca - segurança, confiança, transparência, competência ... - mas também agilizar a consecução de projectos tendentes a transformar o BCA num banco mais eficiente, inovador e moderno, com o objectivo sempre presente de melhoria da qualidade dos serviços que prestamos aos nossos Clientes.

Realce especial para o facto de, já no decurso de 2010, o BCA em parceria com a Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, SA, ter sido o primeiro banco em Cabo Verde a apresentar o Leasing, como solução de financiamento para o investimento das empresas.

Este ano de 2010, será mais um exercício de afirmação da marca BCA, dando corpo à Missão que abraçamos de manter e reforçar, de forma inequívoca, o estatuto de maior e melhor Banco do Sistema Financeiro em Cabo Verde.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os accionistas, ao Banco de Cabo Verde, à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo, pela prestigiosa contribuição e colaboração no acompanhamento do desenvolvimento da nossa actividade.

Aos nossos clientes, principal razão de ser do banco, agradecemos a sua preferência e a sua confiança, e reafirmamos que mantemos firme o empenhamento, determinação e vontade de os servir cada vez melhor.

O Conselho de Administração deseja manifestar a todos os colaboradores do BCA o seu apreço e reconhecimento pelo elevado profissionalismo, dedicação e disponibilidade que prestaram no desempenho das suas funções, conscientes que o caminho do sucesso que temos que trilhar para engrandecer o nosso banco, será sempre fruto do trabalho colectivo.

No ano a que diz respeito o presente Relatório de Gestão, 2009, o BCA foi presidido pelo Sr. Dr. João Henrique Real Pereira. O actual Conselho de Administração manifesta o seu público reconhecimento pela forma como soube conduzir os destinos do nosso Banco e expressa o desejo que o seu futuro pessoal e profissional prossiga na senda do sucesso.

AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E RELATO FINANCEIRO (IFRS/IAS)

A implementação das novas normas internacionais de relato financeiro – NIRF em 2009 com vista à harmonização do regime contabilístico, com grande impacto nas demonstrações financeiras, constitui um dos acontecimentos de grande relevância para o BCA.

Apesar de todo o apoio prestado pelos nossos consultores e auditores, o processo de implementação do sistema normalizado de contabilidade mostrou-se uma tarefa árdua e complexa, tendo sido a principal causa para o atraso no encerramento das contas e consequente adiamento da marcação da Assembleia Geral.

Os principais ajustamentos efectuados, para além de outros, relacionam-se com a alteração de critérios na contabilização e reforço de necessidades do Fundo de Pensões, na avaliação das Imparidades dos Activos, designadamente no crédito prestado aos clientes, na repartição, à respectiva taxa efectiva, das Comissões durante o período de vigência dos empréstimos e na consideração do Diferimento de Impostos, resultantes das ocorrências verificadas.

O registo dos movimentos contabilísticos, na sua maioria, impactaram directamente nos Resultados Transitados, afectando os Capitais Próprios do Banco e não tanto os Resultados do Exercício.

O novo modelo normalizado da contabilidade, permite uma leitura mais objectiva e transparente da verdadeira situação patrimonial e reditual das empresas, pelo que se percebe bem o interesse e empenhamento das entidades fiscalizadoras do Mercado na aplicação deste sistema reconhecido e aceite internacionalmente.

VISÃO ESTRATÉGICA 2009 – 2011

A principal missão do Banco Comercial do Atlântico consiste na consolidação da sua posição de liderança de melhor e maior Banco do Sistema Financeiro de Cabo Verde.

A corporização de uma forma sustentada da nossa missão, só é possível com uma linha de orientação estratégica que privilegie, em primeira instância, a relação com o cliente.

A nossa marca e os valores que lhe estão associados são, inquestionavelmente, um factor de atractividade para os nossos clientes. Contudo, para além destas variáveis intangíveis, mostra-se imprescindível que o Banco consiga apresentar uma gama de Serviço e Produto de elevado padrão de qualidade, que satisfaça em pleno as expectativas dos seus clientes e, conseqüentemente, permita reforçar os níveis de fidelização e as relações de parceria que pretendemos sejam duradouras.

Controlar e alimentar os indicadores de satisfação dos nossos clientes, será sempre um objectivo estratégico prioritário para o BCA.

Nesta senda, continuaremos a dar especial enfoque às relações com a diáspora, procurando desenvolver um projecto de aproximação física às comunidades de emigrantes, em moldes ainda em fase de definição.

Os nossos emigrantes vêm no BCA o Banco de referência, da confiança e da segurança e isso constitui uma responsabilidade acrescida para nós, pelo que tudo faremos para não defraudar os seus legítimos anseios relativamente à aplicação das suas poupanças e dos investimentos que pretendem realizar na sua terra Mãe.

Nestes momentos conturbados da economia mundial, necessariamente com reflexos internos, o BCA terá uma atenção muito especial para a qualidade dos seus Activos, designadamente no que respeita ao Crédito concedido, procurando encontrar o melhor dos antídotos para o equilíbrio entre o controlo do Crédito Vencido com geração das inevitáveis Imparidades e o financiamento à economia, diga-se às famílias, empresas e entidades do sector público.

O BCA está disponível para apoiar o desenvolvimento dos negócios dos seus clientes, mas sem fazer cedências aos critérios de exigência e rigor na decisão de concessão de crédito, de forma a minimizar os impactos das inevitáveis situações de incumprimento, potenciadas pela conjuntura económica desfavorável.

Com dificuldades em crescer na sua actividade, com riscos controlados, às empresas coloca-se mais do que nunca, o desafio do controlo e diminuição dos custos operacionais, pela via do aumento da produtividade e da eficiência dos seus recursos.

A banca não é excepção e ao BCA não basta saber fazer, precisa manter a ambição de fazer melhor que os outros, considerando que a eficiência é factor determinante para garantir vantagem competitiva com a pretendida sustentabilidade.

O estímulo e incremento dos níveis de automatização do Sistema Financeiro e de bancarização da sociedade em geral, constituem mais um dos objectivos estratégicos do BCA.

O gradual encaminhamento dos utilizadores dos serviços bancários para os canais electrónicos, Cartões de débito e crédito, ATMs, POSs, Netbanca ... permitirá a redução do número de transacções actualmente realizadas nos balcões, libertando tempo dos nossos colaboradores para o desempenho de uma actividade comercial assente numa relação de proximidade com os seus clientes.

Numa sociedade onde a tecnologia faz sentir cada vez mais a sua presença, O BCA saberá sempre estar na vanguarda da inovação e modernidade.

Contudo, o Banco reconhece que o conhecimento e saber dos seus empregados ditarão o seu futuro, pelo que será dada a maior das importâncias à qualificação e formação do pessoal e ao desenvolvimento de um quadro de trabalho que valorize e premeie a atitude pessoal, a competência e o mérito.

RECURSOS HUMANOS

No final de 2009 o quadro do pessoal apresentava um total de 442 colaboradores no activo, sendo 372 do quadro efectivo e 70 contratados por tempo determinado. Contava ainda com 10 colaboradores em situação de licença sem vencimento e um cuja relação laboral foi suspensa

por motivo de doença, sendo que o número de reformados atingiu um total de 103. As Mulheres correspondiam a 63% e os Homens a 37% do total dos colaboradores no activo.

Ao longo do ano foram admitidos 15 novos colaboradores e ocorreram cinco desvinculações (quatro por iniciativa do Banco e um por iniciativa do colaborador).

A distribuição por Grupos Funcionais mostra que 38% dos colaboradores desempenhavam funções técnicas, 22% funções auxiliares e de apoio, 19% cargos de chefia, 11% funções administrativas e 10% eram Multifunções.

Digno de nota é a continuação do aumento da percentagem dos colaboradores detentores de Licenciatura, passando a 32% do total do efectivo. Constata-se ainda que 35% dos colaboradores detinham o Ensino Secundário, 21% o Ensino Básico, 3% o Ensino Superior Politécnico e 9% o Ensino Técnico – Profissional.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA**Evolução do Balanço**

O Activo Líquido do BCA ascendeu a 62,9 milhões de contos no final de 2009, registando um decréscimo de -1,6% (-1 milhão de contos) face ao final do ano anterior, para o qual contribuíram, sobretudo, as diminuições registadas nas Aplicações e nas Disponibilidades em Instituições de Crédito. Do lado do Passivo destacaram-se a diminuição ocorrida nos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos.

Balanço Consolidado de Dezembro 2009

	2008	2009	VARIACÃO	
			ABS.	%
Activo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	8.217	9.651	1.434	17,4%
Disponibilidades em Ols de Credito	1.786	349	-1.437	-80,5%
Activos Financeiros Disponiveis p/Venda liquida	6.869	6.781	-88	-1,3%
Aplicações em Instituições de Credito	6.471	1.419	-5.052	-78,1%
Credito a Clientes Liquido	32.583	36.049	3.466	10,6%
Títulos de Divida Pública	4.959	5.226	267	5,4%
Propriedades de Investimento	3	3	0	0,0%
Outros Activos Tangiveis Liquidos	1.317	1.540	224	17,0%
Activos Intangiveis	26	24	-2	-7,3%
Investimentos em Filiais, associadas e empreend.Conjuntos	146	161	15	10,5%
Activos por Impostos Diferidos	473	379	-95	-20,0%
Outros Activos	1.149	1.366	217	18,9%
Total	63.999	62.948	-1.052	-1,6%
Passivo				
Recursos de Outras I.C.'s	550	501	-49	-9,0%
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	55.235	53.187	-2.048	-3,7%
Provisões	5.018	5.452	435	8,7%
Passivos por Impostos Correntes	185	18	-167	-90,4%
Passivos por Impostos Diferidos	83	67	-16	-18,9%
Outros Passivos	511	813	301	58,9%
Total Passivo	61.582	60.038	-1.544	-2,5%
CAPITAIS PRÓPRIOS	2.417	2.910	492	20,4%
Dos quais : Resultado Liquido	899	596	-303	-33,7%
TOTAL	63.999	62.948	-1.052	-1,6%

Caixa e Disponibilidades

A rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central aumentaram 17,4%, em relação ao ano anterior, na sequência do aumento do coeficiente de disponibilidades mínima de caixa que passou de 14% para 16% em Fevereiro de 2009.

Aplicações em Instituições de Crédito

As Aplicações em Instituições de Crédito que engloba as aplicações nas instituições de crédito no estrangeiro e as aplicações no Mercado Interbancário de Títulos, Títulos de Intervenção Monetária (TIM's) e Títulos de Regularização Monetária (TRM's), diminuíram -78,1% devido ao aumento do crédito e diminuição dos depósitos. As aplicações em Títulos, Obrigações da Dívida Publica e de empresas privadas aumentaram 6,5%.

Crédito a Clientes

A Carteira bruta de Crédito sobre Clientes com um total 38,3 milhões de contos, registou um crescimento de 11,5% (3,9 milhões de contos), comparativamente a Dez08, impulsionado pelo volume de crédito concedido em 2009, num total de 13,5 milhões de contos.

O Crédito concedido a Clientes, isto é as novas operações realizadas durante 2009, apesar da situação difícil que se verificou durante o ano, atingiu 13,5 milhões de contos, valor ligeiramente superior ao período homólogo em +276 mil cts (2,1%). O crédito concedido ao segmento empresas foi inferior ao de 2008 em -2,1% e contribuiu com 5,6 milhões de contos, enquanto o segmento particular ascendeu a 7,4 milhões de contos e apresentou um crescimento de 5,1%. Esta evolução evidencia as dificuldades que as empresas tiveram que enfrentar ao longo do ano. Na carteira de Particulares o volume de crédito concedido à habitação atingiu 3,9 milhões de contos e cresceu 16,5%.

O saldo do Crédito Vencido cifrou-se em 2,5 milhões de contos, representando um aumento de 5,9% comparado com o período homólogo, valor que em face do maior crescimento do crédito proporcionou uma melhoria sensível na qualidade da carteira. Assim, o rácio de crédito e juros vencidos relativamente ao crédito total fixou-se em 7,6% contra 8,1% no ano anterior, enquanto o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias atingiu 4,7% em Dez09 (3,6% Dez 08).

O montante da Imparidade acumulada de crédito vencido atingiu 2,2 milhões de contos, tendo sido reforçada em 627,8 mil contos, significando tal valor um grau de cobertura de crédito vencido de 87,9%, traduzindo um crescimento de 26,8% face ao ano anterior. De salientar ainda que a imparidade utilizada em consequência dos abatimentos ao activo em 2009 ascenderam a 181,1 mil contos.

Carteira de Crédito sobre Clientes Líquida

			Variação	
	2008	2009	Absoluta	Relativa
Credito Total	29.712	33.367	3.655	12,3%
Credito Normal	27.318	30.831	3.513	12,9%
Credito e Juros Vencidos	2.394	2.535	142	5,9%
Crédito ao Pessoal	1.343	1.431	88	6,5%
Proveitos a Receber de Crédito	171	163	-8	-4,4%
Receltas com Rendimento Diferido	-263	-296	-33	12,5%
Obrigações	3.376	3.611	235	7,0%
Imparidade para Credito a Clientes	1.756	2.227	471	26,8%
Crédito Líquido de Provisões	32.583	36.049	3.466	10,6%
CRÉDITO BRUTO	34.340	38.277	3.937	11,5%

Carteira de Títulos

A carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Títulos Disponíveis para Venda e os Títulos de Dívida Pública, alcançou 8,6 milhões de contos, um aumento de 6,5% (529,5 mil contos) face ao ano passado, devido por um lado ao aumento tanto nas Obrigações do Tesouro como nas de empresas públicas e privadas em 6% e 7,2% respectivamente. Passaram a incorporar a carteira do BCA em 2009 as obrigações da IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA e das empresas privadas Sogei – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA, da Tecnical Industria, SA e da Cabo-Verde Fast Ferry, SA.

O BCA detém também na sua carteira de investimentos acções da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, SA e da SITA.

É de se ressaltar ainda que o Estado tem face ao BCA uma dívida contabilizada no montante de 900,6 mil contos, dos quais 638,1 mil contos devidamente confirmados e os restantes 262,5 mil contos em fase de auditorias para apuramento da verba efectiva.

Investimentos

O Imobilizado Líquido ascendeu a 1,5 milhões de contos, representando um crescimento de 16,5% face ao valor de Dez 2008. Com a introdução das IAS/IFRS houve a necessidade da alteração da vida útil de alguns bens, nomeadamente dos imóveis de serviço próprio de 25 para 50 anos, sendo ainda de referir que estes activos passaram a estar sujeitos a testes de imparidade. Os activos não financeiros, nomeadamente activos tangíveis valorizados ao custo histórico e outros devedores e aplicações registaram uma imparidade de 90,2 mil contos. Essas alterações tiveram implicações tanto a nível dos resultados do exercício como nos capitais próprios do Banco.

Por outro lado, e de acordo com a IAS 38, deixaram de ser considerados activos intangíveis, os custos plurianuais, as despesas em edifícios arrendados e as despesas de estabelecimentos, este último totalmente amortizado. As despesas em edifícios arrendados passaram a ser registadas em activos tangíveis.

Recursos de Clientes

A carteira de Depósitos de Clientes, na sua maioria depósitos de Particulares com um peso de 81,3%, atingiu 51 milhões de contos no final de 2009, registando-se uma diminuição de -4,8%, quando comparado com o mesmo período de 2008.

A queda registada verificou-se nos Depósitos à Ordem e de Poupança em -12,1% e -2,5% respectivamente, enquanto os Depósitos a Prazo evoluíram 1,5%. Por segmento, tanto as empresas como o Sector Público Administrativo (SPA) tiveram uma quebra de -19,6% e -30,8%, respectivamente, como se pode conferir no quadro e gráfico seguintes:

Tipo De Clientes	Recursos de Clientes		Variação	
	Dez-08	Dez-09	Absoluta	Relativa
Particulares	41.483	41.562	79	0,2%
Depósito Ordem	13.428	12.679	-749	-5,6%
Depósito Prazo	24.843	25.754	911	3,7%
Depósito Poupança	3.212	3.129	-83	-2,6%
Empresas	9.576	7.700	-1.875	-19,6%
Depósito Ordem	7.984	6.629	-1.356	-17,0%
Depósito Prazo	1.592	1.072	-520	-32,7%
Sector Púb.Administrativo	2.560	1.771	-788	-30,8%
Depósito Ordem	2.507	1.709	-798	-31,8%
Depósito Prazo	52	62	9	18,0%
Total Depósitos Clientes	53.618	51.034	-2.584	-4,8%
Outros Recursos de Clientes	1.042	1.589	547	52,5%
Juros a pagar de Depósitos	575	564	-11	-1,9%
Total Recursos de Clientes	55.235	53.187	-2.048	-3,7%

Apesar da diminuição nos depósitos de clientes, que reflecte em parte as dificuldades das empresas em 2009, o BCA continua a liderar neste produto com a sua quota de mercado a situar-se acima dos 50%.

Provisões para Riscos e Encargos

As Provisões para Riscos e Encargos atingiram 5,4 milhões de contos, um crescimento face a 2008 de 8,6% (434 mil contos). Esta rubrica engloba sobretudo as provisões para benefícios aos empregados num total de 5,2 milhões de contos. Com a introdução das novas normas de relato financeiro o BCA registou as responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência na data de transição (1 de Janeiro 2009) no valor de 1,4 milhões de contos com impacto directo nos Capitais Próprios do Banco.

Para a determinação das responsabilidades com as Pensões de Reforma e Sobrevivência para 2009, e de acordo com a IAS 19, foram alterados os pressupostos demográficos e financeiros utilizados nos estudos actuariais de 2008 e de 2009. Os pressupostos utilizados anteriormente foram ajustados tendo em conta a realidade actual de Cabo Verde, como se pode constatar no quadro seguinte:

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS

	PFSB		IAS	
	2008	2008	2009	
Taxa crescimento salarial	3%	4,5%	4,5%	
Taxa rendimento do Fundo	6%	6,00%	6,00%	
Taxa crescimento da pensões	2%	2,5%	2,5%	
Tabua de mortalidade	PF 60/64	TV 73/77	TV 73/77	
Tabua de invalidez	EVK 80	EVK 80	EVK 80	

O saldo das Responsabilidades com o Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência que passou em 2009 a incluir também o Fundo de Reestruturação, registou um aumento de 6,3% (304,2 mil contos) como se evidencia no quadro seguinte:

EVOLUÇÃO VALOR PATRIMONIAL DO FUNDO DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA 2008/2009

ANOS	MOVIMENTO NO PERÍODO				C/E
	Saldo Inicial	Reforço Provisões	Utilização	Ajustamentos para IAS/IFRS	
2008	3.023.693.803	532.892.432	-111.769.158	1.363.607.000	4.808.424.077
2009	4.808.424.077	426.223.383	-121.948.398		5.112.699.062

A rubrica de Provisões para Riscos e Encargos engloba ainda Provisões para Despesas com Tratamento no Exterior no montante de 162,1 mil contos,

Responsabilidades com Saúde com 6,1 mil contos, Provisões para Riscos Bancários Gerais e Contingências Fiscais com 118,3 e 85,9 mil contos respectivamente.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco ascenderam a 2,9 milhões de contos em Dez09, superior ao valor registado em 2008 em 492 mil contos. Os Capitais Próprios em 2008 e antes da implementação das IAS tinham sido de 3,1 milhões de contos. Para o actual valor, salientou-se o efeito negativo dos ajustamentos de transição que somaram 1,1 milhão de contos em 2009. Relembramos que todos os ajustamentos ocorridos na data de transição, ou seja a 1 de Janeiro de 2009, foram registado por contrapartida de Resultados Transitados.

A capacidade do banco na geração orgânica de Fundos Próprios, decorrente dos lucros da sua actividade, não foi suficiente para colmar os efeitos negativos dos ajustamentos de transição. Nesse sentido, para aumentar a sua actividade, melhorar o Rácio de Solvabilidade e aumentar o limite máximo de concentração de risco de crédito perante um cliente, será necessária a emissão de Obrigações Subordinadas no ano de 2010. De seguida a variação nos Capitais Próprios em 2008 após os ajustamentos e em 2009:

Movimento nos Capitais Próprios						
Ajustamento de Transição						
	Saldo Dez 08 antes IAS	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Diferença de Resultado Exercício	Saldo Dez 08 após IAS
Capitais Próprios	3.137.228	383.561	71.404	-1.098.393	-76.484	2.417.317

Movimento nos Capitais Próprios							
Movimento no Período							
	Saldo Dez 08	Aumento Capital	Reservas de Reavaliação	Distribuição Resultados	Outras Reservas	Resultado Exercício	Saldo Dez 09
Capitais Próprios	2.417.317	318.648	-88.688	-341.430	8.024	595.783	2.909.653

CONTAS DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DEZEMBRO

	2008		2009		VARIACAO	
					Abs.	%
Juros e Rendimentos Similares	3.655	3.536	-118	-3,2%		
Juros e Encargos Similares	1.241	1.271	30	2,4%		
Margem Financeira	2.414	2.265	-149	-6,2%		
Rendimentos de Instrumentos de Capital	240	260	20	8,3%		
Rendimentos de Serviços e Comissões	361	330	-32	-8,8%		
Encargos de Serviços e Comissões	30	40	9	30,7%		
Resultados Activos Financeiros Disponíveis p/Venda	20	0	-20	-100,0%		
Resultados de Reavaliação Cambial	202	118	-85	-41,9%		
Resultados de Alienação de Outros activos	12	4	-7	-63,7%		
Outros Resultados de Exploração	496	428	-68	-13,8%		
Margem Complementar	1.301	1.099	-202	-15,5%		
Produto Bancário	3.715	3.364	-351	-9,4%		
Custos com Pessoal	1.222	1.185	-38	-3,1%		
Gastos Gerais Administrativos	661	694	34	5,1%		
Amortizações do Exercício	135	156	21	15,6%		
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos	495	651	157	31,7%		
Imparidade de Outros Activos Liquidados Reversões	58	13	-45	-77,3%		
Resultados de Filiais Exclusão de Consolidação	26	27	0	1,4%		
Resultados Antes Impostos	1.170	692	-478	-40,9%		
Impostos Correntes	271	18	-253	-93,5%		
Impostos Diferidos	0	78	78	0,0%		
Resultado Líquido	899	596	-303	-33,7%		

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA atingiu 596 mil contos em Dez09, contra 899 mil contos em 2008, o que se deve ao efeito da introdução das IAS e ao facto de 2009 ter sido um ano relativamente difícil. A introdução das normas foi retrospectiva a 2008 para se poder ter dados comparativos, sendo de recordar que o Resultado Líquido de 2008 apresentado no relatório do ano passado em PCSB - Plano de Contabilidade do Sistema Bancário, tinha sido de 975,5 mil contos.

O Decreto-Lei nº 14/2010 sobre o Regime Transitório do Plano Nacional de Contabilidade estabelece o seguinte: "Os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adopção, pela primeira vez, das normas constantes do SNCRF adoptadas nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 5/2008, de 4 de Fevereiro, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento e respectiva legislação complementar, resultantes de reconhecimento ou do desconhecimento de activos e passivos, ou de alterações na respectiva mensuração, concorrem, em partes iguais, para a formação do resultado tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes".

Assim, o Resultado Líquido beneficiou de 81,4 mil contos referentes ao impacto dos ajustamentos de transição. Por outro lado, o impacto dos activos e passivos por impostos diferidos geraram impostos diferidos de 78 mil contos.

Margem Financeira

A Margem Financeira diminui -6,2% face a 2008, o que corresponde, em termos absolutos, a uma variação de -149 mil contos. Este decréscimo reflecte a evolução desfavorável, tanto nos Proveitos de Operações Activas (-3,2%), como nos Custos de Operações Passivas (2,4%).

Nos Proveitos de Operações Activas destaca-se os decréscimos de -16% (-350,7mil contos) nos Juros de Aplicações em Instituições de Crédito (IC's) no País e no Estrangeiro em -55,7% e -115,5% respectivamente, devido sobretudo ao efeito volume, e nos Juros de Obrigações do Tesouro e das Empresas em -13,2% justificado pelo efeito preço, uma vez que a Carteira aumentou 6,4%. Os Proveitos de Crédito, em virtude do aumento da carteira, cresceram 5,7%.

O aumento de 2,4% dos Custos de Operações Passivas deve-se ao aumento de 62,8 mil contos nas operações Repos, visto que os Juros pagos aos Depósitos de Clientes diminuíram -30,2 mil contos em resultado da diminuição da carteira.

Margem Complementar

A Margem Complementar cifrou-se em cerca de um milhão de contos, salientando-se o peso dos rendimentos das Comissões Líquidas, cuja diminuição face ao período homólogo foi de -12,4% (-41 mil contos), seguida da rubrica Resultados de Operações Financeiras com -41,9% (-85 mil contos) e Outros Resultados de Exploração em -13,8% (-85 mil contos) que contribuíram para que a Margem Complementar diminuísse -15,5% (-202 mil contos).

Os proveitos nos rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF's), que estão isentos de impostos, atingiram 260,6 mil contos, reflexo de uma taxa de rentabilidade anualizada de 4,051%.

A evolução desfavorável, tanto da Margem Financeira como da Complementar, provocou um decréscimo de -9,4% (-351 mil contos) no Produto Bancário.

Custos Operativos

Os Custos Operativos _ Custos com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Amortizações - ascenderam a 2 milhões de cts, o que representa um ligeiro aumento de 0,8% (17 mil cts). Esta evolução resulta do efeito conjugado do aumento em 5,1% (34 mil cts) e diminuição em -3,1% (-38mil cts) nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros e nos Custos com o Pessoal, respectivamente. As Amortizações cresceram 15,6% (21 mil cts). A diminuição nos Custos com o Pessoal em 2009 deve-se à diminuição nos encargos sociais facultativos em -69 mil contos, que mais que compensaram o ajustamento salarial de 4,5%, as progressões na carreira e a entrada de novos colaboradores.

Nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros há que destacar os aumentos nos custos com auditores externos em 213,5% (+24,1 mil contos que 2008), 11,8% em conservação e reparação de softwares, 23,1% em rendas e alugueres, 120,4% em avaliadores externos, comunicação e despesas de expedição 4,4% e 3,7% com a SISP.

As Amortizações do Exercício ascenderam a 156 mil contos (+15,6%), devido à finalização de um conjunto de projectos informáticos (+8,4 mil contos) e de obras em imóveis (+5,5 mil contos).

Considerando os Custos Operativos em função do Produto Bancário, o rácio de eficiência _ Cost to Income piorou, passando de 54,3% para 60,5% em Dezembro 2009.

O quadro seguinte mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respectiva evolução:

Custos Operativos						
RUBRICAS	2008		2009		VARIACAO	
	Dez-08	Dez-09	Abs.	%	Abs.	%
Custos com Pessoal	1.222	1.185	-38	-3,1%		
Remunerações	629	658	28	4,5%		
Encargos Sociais Obrigatórios	470	477	7	1,5%		
Encargos Sociais Facultativos e Outros	108	39	-69	-63,8%		
Fornecimento e Serviços de Terceiros	661	694	34	5,1%		
Amortizações	135	156	21	15,6%		
Custos operativos	2.018	2.035	17	0,8%		

ANÁLISE DE RÁCIOS

As Rendibilidades do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE), tendo em conta a diminuição dos Resultados Líquidos, evoluíram de forma desfavorável, atingindo 0,95% e 20,5% respectivamente, contra 1,4% e 37,2% em 2008, mas mantiveram níveis satisfatórios.

O rácio de eficiência, que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário _ Cost to Income _ aumentou de 54,3% para 60,3% e os Gasto com Pessoal sobre o Produto Bancário aumentou de 32,9% para 35,2%.

Nos indicadores de Risco, de assinalar a melhoria do rácio de Crédito em Incumprimento sobre Crédito Total que atingiu 7,6% contra 8,1% do período homólogo, e do rácio Provisões Específicas de Crédito em Incumprimento sobre Crédito Vencido, que passou de 73,4% em 2008 para 87,9% em 2009.

O rácio de transformação de depósitos em crédito atingiu os 65,3% (55% em 2008).

Os rácios de Produtividade e Eficiência apresentam diminuições face ao período homólogo, nomeadamente, Resultado Líquido sobre nº de Agências e nº empregados, Gasto com Pessoal sobre devido nº empregados bem como o rácio que relaciona o volume de negócios com o nº de Empregados, em consequência da diminuição do Resultado Líquido.

RÁCIOS PRUDENCIAIS

Os Fundos Próprios atingiram 3.252 mil contos correspondentes a um acréscimo de 833,3 mil contos face a 2008, devido ao aumento do Capital Social em 318,6 mil contos e das Reservas, fruto da distribuição dos resultados de 2008.

O Rácio de Solvabilidade atingiu 10,06%, valor ligeiramente superior ao mínimo exigido pelo Banco Central que é de 10%.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 2,5 milhões de contos, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Devido ao aumento nos Fundos Próprios, o rácio de Cobertura de Imobilizado aumentou passando de 164,3% em 2008 para 190,1% em 2009.

Quanto ao montante global dos créditos cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém em termos absolutos 4,3 milhões de contos, valor inferior ao estipulado pelo BCV cujo limite do agregado não poderá ultrapassar 8 vezes os seus Fundos Próprios (26 milhões de contos).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado líquido apurado no exercício, no valor de 595.782.762\$82 (Quinhentos e Noventa e Cinco Milhões, Setecentos e Oitenta Dois Mil, Setecentos e Sessenta e Dois escudos e Oitenta e dois centavos), o Conselho de Administração tinha deliberado, a 23 de Abril, propor aos Accionistas a manutenção do critério de afectação do ano transacto, 65% para Reservas e 35% para Dividendos. Porém, tendo o Conselho de Administração constatado a necessidade de um maior reforço dos Fundos Próprios, por via da introdução das normas IAS/IFRS, deliberou a 14 de Maio propor aos accionistas uma nova afectação de resultados: 80% para Reservas e 20% para Dividendos, do qual resulta a seguinte distribuição, que foi aprovada na Assembleia Geral de 18 de Maio de 2010:

Reserva Legal (10%)	59.578.276
Outras Reservas	417.047.934
Distribuição de Dividendos	119.156.553
Agrupamentos CGD/BI (52,65%)	62.735.925
Garantia (12,52%)	14.918.400
Estado de Cabo Verde (10%)	11.915.655
Outros Accionistas (24,83%)	29.586.572

LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES A 31/12/2009

Portugal

- Caixa Geral de Depósitos SA- Lisboa
- Banco Espírito Santo SA – Lisboa
- Banco Português de Investimento SA – Porto
- Banco Santander Totta - Lisboa
- Banco do Brasil SA – Lisboa

- Estados Unidos da América:

- Citibank NA – New York
- JP Morgan Chase Bank, N.A.

- Holanda

- ABN Amro Bank NV- Amsterdam
- ING Bank NV – Amsterdam

- França

- Caixa Geral de Depósitos SA- Paris
- Banque Nationale de Paris- Paribas – Paris

- Itália

- Intesa Sanpaolo SpA – Milan
- UniCrédito Italiano SPA - Milan

- Luxemburgo

- Déxia Banque Internationale à Luxembourg – Luxembourg
- Banque et Caisse d'Epargne d'Etat – Luxembourg

- Bélgica

- Ing Belgium SA/NV – Brussels
- Fortis Banque NV/SA – Brussels

- Senegal

- Citibank Senegal S.A. – Dakar

- Reino Unido

- Lloyds Bank PLC- London
- City Bank NA- London

- Suíça

- UBS Swiss Bank Corporation AG- Zurich

- Alemanha

- Deutsche Bank AG – Frankfurt
- Commerzbank AG - Frankfurt

- Espanha

- Banco Sabadell SA TSB- Sabadell

- Austria

- Bank of Austria Creditanstalt – Viena

- Dinamarca

- Jyske Bank A/S – Copenhagen

- Suécia

- Nordea Bank AB (publ)- Stockholm

- Noruega

- Den NOR Bank SPS – Oslo

- Japão:

- Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd - Tokyo

DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL A 31/12/2009

Direcção Financeira e Internacional – DFI	Amélia Figueiredo Directora	Agência do Sal – ASA Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Zara Barbosa Vicente Gerente
Direcção de Gestão de Risco – DGR	Mª Filomena Figueiredo Directora	Agência de São Nicolau – SNA	Augusta Benilde Cruz Gerente
Direcção Comercial Norte – DCN	Gilda Monteiro Directora	Agência Tarrafal de S. Nicolau (ASNT)	Manuel Freitas Gerente
Direcção Comercial Sul – DCS	Adalberto Melo Director	Agência da Praça Nova - PNA	Maisa Sancha Crisóstomo Gerente
Direcção de Apoio ao Negócio – DAN	Aníbal Moreira Director	Agência Ribeira Grande – ARG	Jorge Nascimento Coutinho Gerente
Direcção de Crédito Habitação – DCH	Herminalda Rodrigues Directora	Agência Monte Sossego – AMS	Joana Helena Carvalho Gerente
Direcção de Organização e Inovação – DOI	Emídio Lima Director	Agência Fonte Filipe – AFF	Lídia Pereira Gerente
Direcção de Suporte Operacional – DSO	Águeda Monteiro Directora	Agência Boa Vista – BVA	Guilherme Araújo Gerente
Direcção Sistema Informáticos – DSI	Luís Barbosa Director	Agência Santa Maria – ASM	Elisabeth Alexandre Gerente
Gabinete de Auditoria – GAI	Francisco Ramos Coordenador	Agência do Porto Novo – APN	Alcindo Rocha Gerente
Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR	Ana Carvalho Coordenadora		
Gabinete de Suporte à Função Compliance – GFC	Vanda Centeio Coordenadora		

ZONA SUL

GEP – BCA Empresas Sul BCA Empresas Plateau	Nuno Teque Cabral Coordenador
Agência da Praia – APA Balcão S. Domingos (Prolongamento da APA)	Dulce Duarte Santos Gerente
Agência de Santa Catarina – ASC	Joaquina Lopes Tavares Gerente
Agência do Fogo – AFG	António Évora Gerente
Agência dos Mosteiros – AMO Agência do Tarrafal – ATA	José Moniz Gerente
Agência Achada Santo António I – AST Prolongamento Palmarejo	Janira Barbosa Andrade Gerente
Agência Avenida - AVE	Celmira Mendes Gerente
Agência Achada Santo António II – ASTII	Maria Teresa Carvalho Borges Gerente
Agência de Santa Cruz – STC	Alino Centeio Gerente
Agência do Maio – MAI	Isabel Ferreira Lima Gerente
Agência da Brava – AB	Ângela Rosa Gerente

ZONA NORTE

GEP-BCA Empresas Norte	Lenise Almeida Coordenadora
GEP – BCA Empresas Sal	Sofia Alexandra Barbosa Coordenadora
Agência de São Vicente – ASV	Elisa Santos Gerente

Balanco em 31/12/2009

	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Líquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.650.706.381	0	9.650.706.381
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	348.608.208	0	348.608.208
Activos financeiros disponíveis para venda	6.791.678.231	10.841.439	6.780.836.792
Aplicações em instituições de crédito	1.418.524.315	0	1.418.524.315
Créditos a clientes	38.276.866.046	2.227.453.564	36.049.412.482
Títulos de Dívida Pública	5.226.314.985	0	5.226.314.985
Propriedades de investimento	3.029.000	103.600	2.925.400
Outros activos tangíveis	2.892.021.931	1.351.629.757	1.540.392.174
Activos intangíveis	191.112.730	167.264.070	23.848.660
Investimentos em filiais excl. Consol. Assoc. e Empreend. Conjuntos	161.210.103	0	161.210.103
Activos por impostos diferidos	378.676.199	0	378.676.199
Outros Activos	1.533.431.205	167.090.894	1.366.340.311
Total de Activos	66.872.199.534	3.924.383.324	62.947.816.210
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			500.927.983
Recursos de Clientes e outros empréstimos			53.187.262.984
Provisões			5.452.072.740
Passivos por impostos correntes			17.735.183
Passivos por impostos diferidos			67.206.094
Outros passivos			812.867.483
Total de Passivo			60.038.162.467
Capital			
Capital			1.318.647.314
Reservas de reavaliação			294.873.183
Outras reservas e resultados transitados			700.349.984
Resultado do exercício			595.732.762
Total de Capital			2.909.653.243
Total de Passivo + Capital			62.947.816.210

O Presidente C. A.
A. Joaquim de Sousa

A Responsável da Contabilidade
Marta de Fátima N. Évora

A Directora Financeira e Internacional
Amélia Figueiredo

Demonstração Resultados em 31/12/2009

Descritivo	Dez-09
Juros e Rendimentos Similares	3.536.495.021
Juros e Encargos Similares	1.271.153.501
Margem financeira	2.265.341.520
Rendimentos de Instrumentos de Capital	259.518.017
Rendimentos com Serviços e Comissões	329.639.436
Encargos com Serviços e Comissões	39.811.899
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	5.870
Resultados de Reavaliação Cambial	117.604.611
Resultados de Alienação de Outros Activos	4.252.984
Outros Resultados de Exploração	427.919.977
Produto Bancário	3.364.470.517
Custos com Pessoal	1.184.505.844
Gastos Gerais Administrativos	694.140.403
Amortizações do Exercício	156.164.400
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	0
Imparidade Out. Activos Financeiros Líq. Reversões/Recuperações	651.421.395
Imparidade Outros Activos Líq. de Reversões e Recuperações	13.287.554
Resultados Fiscais excluídas Consol., Assoc. Empreend. Conj.	26.648.176
Resultados antes impostos	691.599.097
Impostos	
Correntes	17.735.183
Diferidos	78.081.151
Resultados Líquido	595.782.763

O Presidente C. A. A Responsável da Contabilidade A Directora Financeira e Internacional
  
A. Joaquim de Sousa Maria de Fátima N. Evora Amélia Figueiredo

Deloitte

Deloitte & Associação, SROC S. A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do Banco Comercial do Atlântico, S.A.
Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações dos capitais próprios para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2009 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efectuado, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, o qual inclui duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerar os assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 do Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia-Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Abril de 2010

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S. A., Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde — mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (“Banco”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de mCve. 62.947.816 e capitais próprios de mCve. 2.909.653, incluindo um resultado líquido de mCve. 595.783, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 37).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

5. Conforme descrito na Nota 14. em 31 de Dezembro de 2009 o Banco tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2003, no montante de mCve. 612.548. Segundo indicação da Direcção Geral do Tesouro, encontra-se a decorrer uma auditoria às bonificações reclamadas pelo que o referido valor não foi confirmado. O Conselho de Administração entende que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, pelo que considera o referido montante integralmente recuperável, tendo ainda em consideração que as bonificações reclamadas até ao exercício de 2007. no montante de mCve. 443.593. foram confirmadas na Direcção-Geral do Tesouro em exercícios anteriores.

6. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2009 o Banco aplicou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde na preparação das suas demonstrações financeiras. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente em vigor (Plano de Contas para o Sistema Bancário — PCSB) para as NTRF, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2008. Consequentemente, a informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2008 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as NIRF para efeitos de comparabilidade. Na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras são apresentadas as divulgações relativas ao impacto de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 26 de Abril de 2010

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S. A., Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 240\$00